

Zoneamento da Amazônia

EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA

Tem sido assim. Uma área tão vasta e diversificada como a da Amazônia comporta praticamente qualquer tipo de atividade econômica. Como conciliar sua preservação com sua exploração? Estamos cansados de conhecer a resposta desse falso dilema em regiões pioneiras: ordenação territorial. Isso significa definir, com o máximo de rigor possível, as potencialidades e as restrições no uso dos recursos naturais da região, planejando seu futuro a longo prazo.

Condenar uma determinada atividade econômica na Amazônia — a pecuária ou a mineração, por exemplo — é tão absurdo quanto defendê-la em qualquer parte. A ordenação territorial estabelece os melhores locais para cada atividade e as condições de seu exercício, sem que isso comprometa o equilíbrio ecológico regional. Por isso, seu primeiro passo tem sido o zoneamento da área. Depois, e só depois, vêm as políticas setoriais, a regulamentação, a fiscalização e os critérios de manejo para cada porção territorial.

No passado, os zoneamentos buscavam indicar locais onde havia minérios, recursos hidroelétricos, solos bons para agropecuária, florestas ricas em madeira. A natureza era vista como uma soma de riquezas escondidas. Importava descobrir e explorar. Foram muitos zoneamentos: florestais, agroclimáticos, agrícolas, minerais, etc.

Com o tempo, os zoneamentos evoluíram em métodos e propósitos. Passaram a mostrar as restrições na utilização de um certo recurso ou região, dada a existência de terras indígenas, áreas de proteção ambiental, solos sensíveis a erosão, cabeceiras de rios, espécies endêmicas ou ameaçadas de extinção, problemas de segurança, acesso e outros. Surgiram, assim, os zoneamentos ecológicos, agroecológicos, morfopedológicos, de uso potencial, de capacidade de uso, morfodinâmicos e ecológico-econômicos.

Há quase 20 anos, o Projeto Radam, com essa preocupação, mapeou toda a Amazônia na escala 1/1.000.000, ou seja, com detalhes da ordem de um quilômetro. Esse trabalho serviu e serve muito, mas continua pouco conhecido e subutilizado. Pior: tem gente que se propõe fazer hoje, com o dinheiro do contribuinte, mapas e estudos mais genéricos do que os realizados há 15 anos, como se fossem novidades!

Outro avanço no conhecimento da região veio com os satélites espaciais. Eles fornecem dados diários e semanais sobre clima e vegetação, queimadas e desmatamentos, agricultura e mineração, poluição dos rios e do ar, com grande precisão e custos reduzidos. Só uma pequena parte desse dilúvio de dados está sendo explorada.

Hoje, com os satélites se localizam e monitoram — de forma precisa e numa região inacessível como a amazônica — a presença humana e suas atividades, das mais discretas às mais impressionantes. Eles ajudaram, por exemplo, a estabelecer a localização exata de seringueiros, índios e garimpeiros na floresta. Contribuem de forma significativa para a criação de reservas extrativistas, áreas indígenas e de proteção ambiental.

Mas o maior salto qualitativo na execução de zoneamentos foi dado com o surgimento dos sistemas de informações geográficas. Trata-se de computadores especiais, capazes de cruzar um número enorme de mapas e dados numéricos. Em poucos minutos se pode desenhar e sobrepor os mapas de áreas indígenas, parques nacionais, reservas extrativistas ou das florestas nacionais. A eles é possível acrescentar o traçado atual e planejado de estradas, barragens, cidades, linhas de transmissão, limites municipais ou a abrangência de um programa de governo, além de inúmeros dados socioeconômicos.

Os pesquisadores brasileiros desenvolveram formas e procedimentos interdisciplinares de ponderação e integração de cada uma dessas informações em

função de sua importância econômica ou ambiental. As aplicações concretas indicam que, em função de determinada conjuntura econômica, política ou social, a região poderá ou não comportar determinadas atividades produtivas ou preservacionistas.

Com a atual dinâmica econômica e social do Brasil, as possibilidades de zoneamentos são tantas e tão dinâmicas que um único mapa seria incapaz de responder a todos esses interrogantes! É nisso que reside a vantagem dos sistemas de informações geográficas. Eles podem gerar um grande número de zoneamentos, conforme a preocupação de quem planeja, as prioridades do momento ou os objetivos da ordenação territorial, em várias escalas de tempo e espaço.

Imaginar e propor um zoneamento único para a região amazônica é sonhar com um instrumento inócuo e inoperante. Talvez sirva para iludir alguns e distribuir verbas entre órgãos estatais e governos estaduais, além de algumas empresas de consultoria. Mas é só.

O necessário processo de ordenação territorial da região amazônica pode e deve se apoiar em novas bases de dados cartográficos, inteiramente computadorizadas, capazes de gerar respostas específicas para cada tipo de problema em curtíssimo prazo. O País dispõe da tecnologia e dos métodos necessários para apoiar esse tipo de ordenação territorial da Amazônia, tanto na região como fora dela, no nível estadual ou federal, na esfera pública ou privada.

Esses sistemas podem integrar e compatibilizar as iniciativas de zoneamentos em nível estadual e mesmo municipal. Eles podem integrar as contribuições e críticas das populações envolvidas. Dados dispersos em órgãos diversos podem ser reunidos e computadorizados. Dados desatualizados podem ser corrigidos e ajustados, com o uso de imagens de satélite. A massa de informações já disponível sobre a região autoriza a estruturação de bases de dados cartográficas para atender a todos os zoneamentos requeridos. Ecológico, agroecológico, econômico-ecológico, socioeconômico ou tudo isso, pouco importa a semântica. Os vários zoneamentos podem ser testados e comparados, de forma rápida e barata, através desses modernos sistemas de planejamento.

Oxalá a ordenação territorial, concebida no governo Sarney, não surja como um natimorto no governo Collor. A ausência de ação é a pior das opções. O melhor exemplo é o da BR-364 na saída para o Pacífico: não decidir não significa congelar a estrada. Num ritmo lento, mas constante, as prefeituras melhoram sua trafegabilidade, enquanto o entorno vai sendo ocupado de forma desordenada. A cada ano que passa, a ordenação territorial se torna mais cara e complicada.

A proliferação dessas iniciativas descoordenadas, em nível estadual e municipal, está engessando as possibilidades de desenvolvimento sustentável na região. Sem diretrizes, cada um está propondo o zoneamentozinho que lhe convém: desde os dirigentes que querem a qualquer preço caçar jacarés até empreitadas de vulto internacional e de caráter absolutamente antinacional. Na ausência de regras claras, os empresários não investem. Temem pelo futuro de seus empreendimentos, passíveis de serem condenados por um zoneamento que surja amanhã, impedindo aquela atividade, naquele local.

Os que criticam a ameaça de internacionalização das áreas indígenas, parques nacionais, reservas minerais e faixa de fronteira deveriam redobrar suas críticas contra o esvaziamento do poder nacional nesses locais. A natureza tem horror do vazio. No vácuo da presença nacional, o caminho está aberto para toda e qualquer aventura. Sem vontade nacional qualquer zoneamento já falhou, antes mesmo de existir.

□ Evaristo Eduardo de Miranda, doutor em Ecologia, é professor da USP e chefe do Núcleo de Monitoramento Ambiental da Embrapa